

**AS RESISTÊNCIAS DOS MOVIMENTOS
SOCIOTERRITORIAIS NA EDUCAÇÃO
DO CAMPO BRASILEIRA E O
DATALUTA: ANÁLISE DAS JORNADAS
UNIVERSITÁRIAS EM DEFESA DA
REFORMA AGRÁRIA EM 2022**

Lara Dalperio Buscioli  

Professora do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Pelotas (UFPeL).

Contato: lara.buscioli@unesp.br

Michelly Ariadne Rafael Mióla  

Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil.

Contato: michellyariadnrm@gmail.com

Jhiovanna Eduarda Braghin Ferreira  

Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil.

Contato: jhi.braghin96@gmail.com

Raquel Buitrón Vuelta  

Doutoranda em Administração e Políticas Públicas pela Universidad Nacional de Córdoba, Argentina.

Contato: raquel.vuelta@unesp.br

Como citar: BUSCIOLI, L. D.; MIÓLA, M. A. R.; FERREIRA, J. E. B.; VUELTA, R. B. As Resistências dos movimentos socioterritoriais na educação do campo brasileira e o DATALUTA: análise das Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária em 2022. *Revista Formação (Online)*, v. 33, Edição Especial, e025110, 2025.

Resumo

As Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURAS) surgiram como um espaço de diálogo entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as instituições educacionais brasileiras, especialmente as universidades, buscando debater os diversos elementos da questão agrária. Um dos fundamentos para a criação da JURA foi a necessidade de estabelecer um banco de dados que articulasse e registrasse essas ações a nível nacional. Nesse sentido, o Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATALUTA) surge como um componente metodológico de sistematização, em colaboração com o MST e as instituições de ensino brasileiras. Nesse sentido, o artigo procura analisar as JURAS realizadas em 2022 em seu contexto histórico, articuladas ao debate sobre a educação do campo, buscando compreender suas principais complexidades (formas, caracterização, espacialização etc.) e sua importância em nível nacional. Para isso, utilizamos como procedimentos metodológicos a sistematização de informações por meio do DATALUTA, a pesquisa militante, a aplicação de entrevistas, além da pesquisa bibliográfica e documental. Consideramos que as JURAS no Brasil se configuram como uma ação de luta e resistência dos movimentos socioterritoriais, com destaque para o MST. Em 2022, foram realizados 31 eventos em todas as macrorregiões do país, promovendo atividades relacionadas à educação do campo e fortalecendo parcerias com diferentes instituições de ensino. Diante disso, as JURAS se materializaram em redes estaduais, regionais e interestaduais, consolidando a tendência de nacionalização do movimento.

Palavras-chaves: Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios; Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária; Educação do Campo; Resistência.

THE RESISTANCES OF SOCIO-TERRITORIAL MOVEMENTS IN BRAZILIAN RURAL EDUCATION AND DATALUTA: ANALYSIS OF THE JORNADAS UNIVERSITÁRIAS EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA IN 2022

Abstract

The Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURAS) emerged as a space for dialogue between the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) and Brazilian educational institutions, especially universities, aiming to discuss various aspects of the agrarian issue. One of the foundations for the creation of JURA was the need to establish a database that would articulate and record these actions nationwide. In this sense, the Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATALUTA) emerges as a methodological component of systematization, in collaboration with the MST and Brazilian educational institutions. In this context, the article seeks to analyze the JURAS held in 2022 within their historical background, linked to the debate on rural education, aiming to understand their main complexities (forms, characterization, spatialization, etc.) and their national significance. For this purpose, we adopted methodological procedures such as the systematization of information through the DATALUTA, militant research, the application of interviews, as well as bibliographic and documentary research. We consider that JURAS in Brazil represent an act of struggle and resistance by socioterritorial movements, with special emphasis on the MST. In 2022, 31 events were held across all macroregions of the country, promoting activities related to rural education and strengthening partnerships with different educational institutions. In this context, JURAS materialized into state, regional, and interstate networks, reinforcing the trend toward the nationalization of the movement.

Keywords: Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios; Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária; Field Education; Resistance.

LAS RESISTENCIAS DE LOS MOVIMIENTOS SOCIOTERRITORIALES EN LA EDUCACIÓN DEL CAMPO BRASILEÑA Y EL DATALUTA: ANÁLISIS DE LAS JORNADAS UNIVERSITÁRIAS EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA EN 2022

Resumen

Las Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURAS) surgieron como un espacio de diálogo entre el Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) y las instituciones educativas brasileñas, especialmente las universidades, con el objetivo de debatir los diversos elementos de la cuestión agraria. Uno de los fundamentos para la creación de la JURA fue la necesidad de establecer una base de datos que articulase y registrase estas acciones a nivel nacional. En este sentido, el Banco de Datos de las Luchas por Espacios y Territorios (DATALUTA) surge como un componente metodológico de sistematización, en colaboración con el MST y las

instituciones educativas brasileñas. En este sentido, el artículo busca analizar las JURAS realizadas en 2022 en su contexto histórico, articuladas al debate sobre la educación del campo, con el fin de comprender sus principales complejidades (formas, caracterización, espacialización, etc.) y su importancia a nivel nacional. Para ello, utilizamos como procedimientos metodológicos la sistematización de información a través del DATALUTA, la investigación militante, la aplicación de entrevistas, además de la investigación bibliográfica y documental. Consideramos que las JURAS en Brasil se configuran como una acción de lucha y resistencia de los movimientos socioterritoriales, destacándose el MST. En 2022, se realizaron 31 eventos en todas las macrorregiones del país, promoviendo actividades relacionadas con la educación rural y fortaleciendo alianzas con diferentes instituciones educativas. En este contexto, las JURAS se materializaron en redes estatales, regionales e interestatales, consolidando la tendencia hacia la nacionalización del movimiento.

Palabras clave: Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios; Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária; Educación del Campo; Resistencia.

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte das construções realizadas a partir da relação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATALUTA), vinculado à Rede Brasileira de Pesquisas das Lutas por Espaços e Territórios (Rede DATALUTA), composta por núcleos, laboratórios e grupos de pesquisa distribuídos por todas as macrorregiões do país.

Essa construção coletiva do conhecimento científico-militante tem permitido avanços no debate sobre os elementos da questão agrária, as conflitualidades, a educação do campo e as formas de resistência dos diferentes sujeitos (indígenas, camponeses, quilombolas, atingidos por barragens etc.), bem como na criação de uma categoria analítica dentro do DATALUTA, à qual este trabalho se vincula. Ou seja, ele reflete as ações realizadas no âmbito da pesquisa-militante, neste caso, das Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURA).

Partimos do pressuposto de que as ações dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais brasileiros são diversas e refletem as lutas pelo território e espaço em sua multidimensionalidade. No contexto dos movimentos socioespaciais, Pedon (2009) destaca que suas ações se estruturam a partir do espaço, mas sem modificar diretamente a territorialidade existente para alcançar seus objetivos. Esses movimentos englobam diversas formas de mobilização, considerando que as práticas políticas sempre envolvem a dimensão espacial.

Por outro lado, os movimentos socioterritoriais utilizam o território como elemento central de sua atuação e de suas estratégias de conquista (Fernandes, 2005; Pedon, 2009; Buscioli, 2024). São considerados expressões organizativas da classe trabalhadora, sendo inseparáveis do processo histórico de formação e transformação territorial. Sua existência está diretamente ligada à constituição e às mudanças contínuas dos territórios (Pedon, 2009).

Sobreiro Filho (2011) ressalta que todos os movimentos geram alguma forma de espaço, o que justifica o uso do conceito de movimentos socioespaciais. No entanto, nem todos têm como meta a conquista do território material em si para suas ações de luta, como ocorre com os movimentos socioterritoriais.

Tais lutas envolvem ações como ocupações de terras, manifestações no campo e resistências produtivas e educacionais. É neste último aspecto que se insere efetivamente as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURA), que, ao mesmo tempo em que constituem uma categoria analítica do DATALUTA, representam uma forma de ação do MST.

As ações de luta no campo, especialmente aquelas voltadas à reforma agrária, são definidas tanto por agendas estratégicas dos movimentos quanto por necessidades de mudanças estruturais profundas. Nesse contexto, as ocupações de terras e manifestações emergem como instrumentos centrais de contestação à legitimidade da posse concentrada da terra e de reivindicação por justiça social.

Segundo Silva e Fernandes (2008), as ocupações de terras representam uma forma concreta de espacialização da luta pela terra, criando territórios de resistência e impulsionando políticas de reforma agrária. Elas não apenas questionam o poder consolidado do latifúndio e do agronegócio, mas também viabilizam a transformação desses espaços em territórios camponeses, onde as famílias ocupantes podem desenvolver práticas agrícolas sustentáveis. Trata-se de uma estratégia que transcende o simples ato de ocupar, consolidando-se como um movimento de construção territorial e de fortalecimento da identidade camponesa.

Além das ocupações de terras, outras formas de mobilização desempenham papel crucial nas lutas socioterritoriais. Pereira (2012) destaca que as manifestações do campo atuam em diversas fases da luta pela terra, desde o período dos acampamentos — que funcionam como espaços de resistência e articulação política. Essas manifestações ampliam a visibilidade das pautas dos movimentos e fortalecem a territorialização camponesa, consolidando-se como ferramentas essenciais nas estratégias de protesto e pressão política.

Essas práticas revelam a complexidade das estratégias de resistência e a multiplicidade de táticas adotadas pelos movimentos no enfrentamento das desigualdades estruturais. A luta pelo território, portanto, não se resume ao ato de ocupar ou manifestar, mas se desdobra em um amplo leque de ações que visam à conquista de direitos, à consolidação de territórios camponeses e à promoção de modelos agrícolas mais justos e sustentáveis, bem como aos aspectos diretamente ligados a educação do campo que, por sua vez vinculam-se as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURAS), tema deste trabalho.

As JURAS representam a expressão dessas lutas dentro de espaços formais de educação, como Institutos, Universidades/Faculdades e Centros Educacionais, buscando ocupar esses espaços com o objetivo de fomentar o debate sobre a questão agrária e todos os seus elementos estruturantes de luta, como a educação. Trata-se de uma ação de resistência que propõe uma análise alternativa das diferentes realidades pautadas na luta contra o capital (conflitualidades — inerentes às suas resistências) que os movimentos socioterritoriais enfrentam, em contraposição às ideologias que favorecem o agronegócio.

Neste trabalho, objetivamos estudar o contexto histórico das JURAS aliado ao debate sobre a educação do campo, buscando compreender suas principais complexidades e sua importância no espaço acadêmico e militante no Brasil. Avançamos também na espacialização das JURAS referentes ao ano de 2022, destacando elementos que definem a ocupação de novos espaços, tendo o DATALUTA como fonte central dos dados.

Para isso, utilizamos quatro procedimentos metodológicos que permitiram a produção de informações tanto quantitativas quanto qualitativas sobre as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária em todo o território brasileiro. São eles:

1. Pesquisa bibliográfica e documental sobre os principais temas abordados neste trabalho, como as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária, educação do campo e questão agrária. Foram utilizados artigos acadêmicos, sites do MST, páginas das instituições educacionais participantes e informações do DATALUTA na categoria JURA.
2. Sistematização de dados quantitativos e qualitativos obtidos através do DATALUTA na categoria JURA, atualmente o único banco de dados no território brasileiro que organiza tais informações. Esses dados serão apresentados de forma aprofundada nas páginas seguintes, com foco nos registros referentes ao ano de 2022.
3. Entrevistas semiestruturadas, com base nos estudos de Colognese e Melo (1998). Embora tenhamos seguido um roteiro pré-estabelecido, houve espaço para a inclusão de novas perguntas. Os entrevistados foram selecionados considerando a complexidade das organizações das JURAS, incluindo militantes do MST, educadores e educandos das instituições de ensino.
4. Pesquisa militante, fundamentada em Coca et al. (2021) e Bringel e Varela (2016), destacando procedimentos complexos de coleta de informações e atuação enquanto práxis transformadoras. As autoras, além de participarem do DATALUTA, contribuíram para a organização das temáticas nacionais das JURAS anuais, por meio de reuniões com o MST e ações locais, atuando como organizadoras, mediadoras e/ou palestrantes.

A partir dessas metodologias, dividimos este trabalho em três partes. A primeira refere-se a “O DATALUTA enquanto metodologia para análise das ações dos movimentos socioterritoriais no Brasil: a categoria JURA” e busca apresentar a historicidade dos procedimentos metodológicos adotados pelo banco de dados, evidenciando suas principais mudanças operacionais, tornando-se uma ferramenta metodológica de análise dos movimentos.

A segunda parte corresponde à “Educação do campo e as JURAS no contexto universitário: significação e importância”, busca correlacionar as JURAS, seu processo de formação/construção com o debate da educação do campo, destacando sua representação e relevância no espaço acadêmico, bem como a sistematização qualitativa dos debates dessas temáticas enquanto forma de resistência em 2022.

A terceira parte, intitulada “Análise das JURAS no Brasil em 2022: características e espacialização segundo o DATALUTA”, apresenta os resultados das discussões, ações e procedimentos metodológicos realizados para a sistematização das JURAS em 2022, evidenciando sua multidimensionalidade.

Propomos esta análise porque compreendemos que as JURAS representam mais do que um simples evento no espaço acadêmico: elas se configuram como formas de resistência do MST na ocupação de espaços em articulação com a militância, bem como o DATALUTA como instrumento metodológico de fortalecimento e análise destas ações.

O DATALUTA ENQUANTO METODOLOGIA PARA ANÁLISE DAS AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL: A CATEGORIA JURA

Em 1998, foi criado o Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATALUTA) no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), em Presidente Prudente. Ao longo de sua trajetória, o fortalecimento do DATALUTA ocorreu com a criação da Rede DATALUTA – Rede Brasileira de Pesquisadores das Lutas por Espaços e Territórios –, que incorporou grupos de pesquisa e suas respectivas instituições de ensino no Brasil.

No âmbito analítico do DATALUTA, seu objetivo é sistematizar ações que envolvem os movimentos socioespaciais e socioterritoriais em diferentes contextos (Agrário, Urbano, Água e Floresta) no Brasil e em outros países da Europa, América Latina e Caribe, por meio do Projeto CAPES Print “Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada”. Nesse sentido, as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária são específicas de uma categoria analítica que abrange tanto os espaços rurais quanto o urbano.

Considerando que o banco de dados está em constante formação, apresentaremos um histórico das mudanças metodológicas na categoria analítica da JURA, que possibilitaram avanços na sistematização dos dados em escala nacional, em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, responsável pela criação do evento. Destacamos que, na normativa da JURA, há uma menção ao DATALUTA como centralizador analítico de sistematização dos dados.

O DATALUTA JURA, enquanto categoria analítica, foi incorporado em 2017 com o objetivo de analisar a territorialização das JURAS no Brasil, considerando as universidades, os grupos de pesquisa, as áreas do conhecimento científico, os temas analíticos abordados e as tipologias de atividades realizadas. Atualmente, seus objetivos foram ampliados para abarcar a totalidade das ações desenvolvidas nas JURAS, incluindo atividades, temáticas, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e outros elementos, os quais também serão abordados nesta seção do artigo.

Nesse primeiro momento, a principal fonte de dados era o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As instituições de ensino encaminhavam ao Movimento os folders dos eventos realizados, e o MST, por sua vez, enviava esse material por e-mail ao Professor Dr. Bernardo Mançano Fernandes, coordenador da Rede e do Banco de Dados DATALUTA, que o compartilhava com a equipe por meio de um drive.

A partir desse canal de comunicação, inseríamos as informações em nosso banco de dados por meio da sistematização em uma planilha do *Excel*, que contemplava os seguintes campos: região, unidade federativa, código e nome do município, universidade, área do conhecimento, grupo de pesquisa/organização, título do evento, conjunto de temas, tipologia das atividades, organização, movimentos, instituições e grupos de pesquisa participantes, nomes dos participantes, edição, data de realização, ano, observações do evento e identificação do nome registro do arquivo (contendo a universidade, a JURA, o ano e o número do arquivo, por exemplo, Fiocruz_JURA_2018_1), além de observações de registro. Com essa sistematização, eram gerados dois quadros e um mapa para publicação no Relatório DATALUTA Brasil.

Cabe destacar que, a partir de 2019, as fontes de dados passaram a incluir outras instituições, além de pesquisas em sites da internet, publicações de jornais, e um e-mail geral de professores com o MST e o Google Alerta, ampliando a rede de articulação do banco.

No caso do *Google Alerta*, criamos o e-mail jura.dataluta@gmail.com e passamos a registrar as palavras-chave: “Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária” e

“JURA”, incorporando uma metodologia específica para o salvamento dos arquivos no *Drive*. Esses arquivos foram organizados em pastas: 1) Arquivos a serem sistematizados e, posteriormente, 2) JURAS sistematizadas, onde foram incorporados os arquivos e a planilha.

Em 2020, ocorreu uma mudança metodológica na planilha geral do Excel utilizada para registro, com o objetivo de dinamizar os registros e ampliar os conteúdos analíticos em suas ilustrações. Dessa forma, passamos a sistematizar as seguintes informações: código PDF, região, unidade federativa, município, código do município, local, instituições de ensino participantes, organização, data de realização e responsável pelo registro.

Diante desse processo de mudanças, enfrentamos um desafio metodológico: registrar as ações das JURAS no contexto da pandemia de Covid-19. Assim, em 2021, nos reorganizamos e alteramos a planilha de registros, incorporando a imaterialidade das ações das JURAS. Como resultado, os registros passaram a incluir: código PDF, região, unidade federativa, município, código do município, local (incluindo transmissões e outras modalidades), instituições de ensino, organização, data de realização e responsável pelo registro. Já em 2022, com a nova conjuntura na realização das JURAS, inserimos informações sobre suas características escalares e seu formato conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1: Sistematização das JURAS no Excel.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S
	Base DATALUTA JURA 2022 - ÚLTIMA DATA DE ATUALIZAÇÃO 23/11/2022																		
	CODIGO PDF	REGIAO	UF	CODIG MUNICIPIO	CODIGO MUNICIPIO	CARACTERÍSTICAS (nacional, interestadual, regional, local)	FORMATO (presencial, virtual, híbrida)	LOCAL	TRANSMISSÃO O_Instagram	TRANSMISSÃO O_YouTube	TRANSMISSÃO O_Meeting: zoom; teams	TRANSMISSÃO P_página própria	TRANSMISSÃO P_rádio	INSTITUIÇÕES DE ENSINO	ORGANIZAÇÃO	DATA DE REALIZAÇÃO	RESPONSÁVEL PELO REGISTRO		
2	PRUFPR2022A	PR	41	MATINHOS	4115705	local	Híbrida	https://www.espn2.com	0	0	1	1	0	UFPR	UFPR	25/04/2022	Raquel		
3	CEUECEFC2022	CE	23	FORTALEZA	2304400	estadual	Presencial		0	0	0	0	0	UECE, UFC, UNATERRA, LECAN	26/25/04/2022	Raquel			
4	CEUFCA2022A	CE	23	JUAZEIRO DO NORTE	2304400	estadual	Presencial		0	0	0	0	0	UFCA, ADUF, MS	18/05/2022	Raquel			
5	PRUNESPARUNIL	PR	41	CURITIBA	4106902	estadual	Híbrida	https://www.youtube.com	0	0	1	0	0	UNESPAR, UNIL, UNESPAR, UNILA	18/04/2022	Raquel			
6	PRUNDESTE2022	PR	41	MARCHEL CANDIDO	4114009	local	Híbrida	https://www.youtube.com	0	0	1	0	0	UNICESTE, PPGH, POEIRA, M	02/05/2022	Raquel			
7	MTUFMT2022A	MT	51	GUARATINGA	5103035	estadual	Híbrida	https://www.youtube.com	1	1	0	1	0	UFMT, MST, LEVA	24/03/2022	Raquel			
8	PRUFPR2022A	PR	22	TERESINA	2211001	estadual	virtual	https://www.youtube.com	0	0	0	1	0	UFPI, FOPEC, UFPA	11/05/2022	ConceiçãoRaquel			
9	RSUNPAMPA2022	RS	43	DOM PEDRITO	4306601	local	Híbrida	https://www.google.com	0	0	1	0	0	UNIPAMPA, UNIPAMPA, CONA	20/05/2022	ConceiçãoRaquel			
10	MAUFMA2022B	MA	21	SÃO LUIS	2111300	estadual	Híbrida	https://dofity.com.br	0	0	0	1	0	UFMA, IFMA, UEMA, UEMA	16/07/2022	ConceiçãoRaquel			
11	SPUNESP2022A	SP	35	PRESIDENTE PRUDENTE	3541406	regional	presencial		0	0	0	0	0	PRESIDENTE, MST, CEGET	13/05/2022	ConceiçãoRaquel			
12	BAUFBA2022B	BA	29	SALVADOR	2927408	estadual	Híbrida	com/channel/UCER	0	0	1	0	0	UFBA, IGEO-UFBA	03/14/21/22	ConceiçãoRaquel			
13	SPUNESP2022A	SP	35	GUARULHOS	3518800	local	presencial		0	0	0	0	0	UNIFESP, UNIFESP	07/11/05/2022	Michelly			
14	PRUFPR2022A	PR	14	BOA VISTA	1400100	local	presencial	https://www.youtube.com	0	0	1	0	0	UFPR, UFPR	02/03/06/2022	Michelly			
15	BAUFBA2022A	BA	29	CRUZ DAS ALMAS	2909802	local, estadual	Híbrida	youtube.com/dh	0	0	0	1	0	UFBA, UFBA	01/13/04/23/05/2022	Michelly			
16	BAUESBUESC2022	BA	29	JEQUIEALHEUS	2918001/29130	estadual	Híbrida		0	0	0	0	0	UESB, UESC	26/05/2022	03/11/2022			
17	SPE N FF2022 A	SP	35	GUARAREMA	3518305	nacional	virtual	https://www.youtube.com	0	0	0	1	0	ENFF, MST	24/03/2022	Michelly			
18	RJEPSA/UFIOCRUZ	RJ	33	RIO DE JANEIRO	3304507	local	Híbrida		0	0	0	0	0	EPSA/UFIOCRUZ, EPSA/UFIOCRUZ	25/05/2022	Jhiovanna			
19	SPEvalga	SP	35	PRACICABA	3538709	local	presencial	https://www.adsp.org	0	0	0	0	0	Esalg, Esalg	25/05/2022	Jhiovanna			
20	RJUFRA2022A	RJ	33	RIO DE JANEIRO	3304507	estadual, local	Híbrida	https://www.youtube.com	0	0	1	0	0	UFRA, UFRA, UFRA	27/04/2022	31/05/2022			
21	PRUNDESTE2022	PR	41	MARCHEL CANDIDO	4114009	local	presencial		0	0	0	0	0	UNICESTE, UNICESTE, MST	02/05/2022	Jhiovanna			
22	TOUFMT2022	TO	17	TOCANTINÓPOLIS	1721206	local	Híbrida	https://www.youtube.com	0	0	1	1	0	UFMT, UFMT, Movimentos	12/13/03/2022	Jhiovanna			
23	ESUFES2022	ES	53	VITORIA	5305309	local	presencial		0	0	0	0	0	UFES, UFES	20/21/22/07/2022	Jhiovanna			
24	DFUNB2022A	DF	53	BRASILIA	5300106	local	Híbrida	https://us02web.zoom	0	0	0	1	0	UNB, UNB, Faculdade de	24/06/06/14/07/2022	Lara			
25	GOUFUFB2022	GO	52	CAVALCANTE	5205307	estadual	presencial	Pier mais que sua car	0	0	0	0	0	UNB, UFT, UFG, UFT, UFT, UFT	17/18/11/2022	Lara			

Fonte: DATALUTA JURA, 2023.

Esses aprofundamentos metodológicos permitiram avanços nos resultados analíticos das JURAS em escala nacional, resultando em um texto de “Análise de Conjuntura”, um quadro apresentando as JURAS e as instituições de ensino, um gráfico com a porcentagem dos meios de transmissão, duas tabelas com os dados quantitativos por macrorregiões/estados e por instituições de ensino, além de dois mapas das JURAS e dos meios de transmissão.

Em 2023, no âmbito do Projeto Internacional “Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada”, a equipe do DATALUTA JURA se reuniu e passou a incorporar

temáticas analíticas desse projeto, tais como: movimentos participantes, pautas/temáticas, ODS, edição, fontes e o retorno das tipologias de atividades realizadas nas JURAS. Essas contribuições das JURAS foram entendidas como ações de resistência dos movimentos socioterritoriais no Brasil, em especial do MST, além da utilização do *Jforms* para registro dos dados (Figura 2).

Figura 2: Jforms DATALUTA JURA

Fonte: DATALUTA JURA, 2023.

Destoando do Excel, o *Jforms* é um formulário composto por cinco páginas de resposta. A primeira delas é a página de login, cujo objetivo é cadastrar os dados pessoais de quem está registrando a JURA. Nessa página, estão disponíveis campos para o nome, sobrenome e e-mail, de forma que, seja possível localizar facilmente o responsável pelo registro.

A segunda página é dedicada aos dados da JURA. Após a identificação do responsável, passamos a identificar a JURA em si. Isso ocorre por meio dos campos de Códigos de PDF, para que possamos localizar esse registro no banco de dados; Título da JURA, onde começamos a identificar as temáticas abordadas e como elas se correlacionam com o lema proposto para o ano em que está sendo realizada. Em outras palavras, o título inicia a análise qualitativa.

Em seguida, passamos para as Datas de Realização, nas quais registramos os dias em que a JURA foi realizada. O interessante desse campo é que ele nos permite refletir sobre a possível conexão da JURA com datas históricas, como o dia da Consciência Negra. É importante destacar que a JURA é uma ação de resistência direta dos movimentos, e, portanto, sempre terá o caráter de luta.

O próximo campo é o da Edição. Seu diferencial é que ele nos dá indícios de quanto tempo a instituição de ensino realiza a JURA. Cada local em que a JURA é realizada pode ter um número de edições, pois a JURA não é contada por dia de realização, mas sim pela edição.

Por exemplo, algumas JURAS podem durar um mês inteiro e permanecer na mesma edição; o que define a mudança de edição é a virada de ano

O campo das Fontes é importante porque evidencia quais meios de comunicação divulgam a JURA e seu direcionamento político. Além disso, as fontes possibilitam uma leitura crítica sobre quais universidades e instituições de ensino viabilizam a realização da JURA e quais a mantêm ou não.

Encerrando a segunda página, temos o campo das Organizações, no qual destacamos os movimentos, institutos federais, universidades, grupos ou laboratórios de pesquisa e instituições de ensino que contribuem com as JURAS. A principal análise desse campo está em identificar as alianças formadas dentro dos estados e municípios entre os movimentos e as instituições.

A terceira página, contém informações sobre a localização da JURA. Seu primeiro campo é o da Macrorregião, estados, Município e Código, e sua finalidade é proporcionar a análise da sua espacialização. Com base nisso, produzimos os mapas, publicamos e entregamos ao MST, com o objetivo de contribuir, proporcionando uma devolutiva metodológica.

Em seguida, temos o campo do Formato, no qual, com a pandemia, as instituições de ensino e o Movimento encontraram maneiras de se fazer presentes na resistência, mesmo à distância, por meio da realização das JURAS. Assim, a JURA passou a ocorrer através de canais do *YouTube*, *Facebook*, *Instagram* e demais redes que permitissem a transmissão. Ou seja, passamos a registrar essas JURAS como híbridas, online ou presenciais.

Fechando a terceira página, temos os campos Escala de Realização e Local. A escala nos possibilita compreender se a JURA foi realizada de forma nacional, interestadual, estadual, regional ou local, permitindo-nos realizar análises sobre as tendências territoriais dessas JURAS. Finalizamos com o campo Local, que tem o objetivo de indicar o espaço onde a JURA foi realizada, como universidades, instituições de ensino, institutos, entre outros. Assim, esse campo possibilita nossa observação sobre os novos espaços que a JURA vem conquistando.

A quarta página contém as informações sobre os movimentos e as instituições participantes. No primeiro campo, registramos os movimentos e as instituições de ensino envolvidas. Dessa forma, geramos dados sobre a permanência, chegada ou saída de movimentos e instituições na JURA, no contexto da sua participação nas atividades do evento.

Em seguida, temos o campo das Instituições de Ensino. Sua principal função é identificar quais instituições estão participando, além de verificar a adesão de escolas, institutos e outras instituições. Ele nos mostra até que ponto a JURA conquista os espaços. Essa página termina com o campo de Atividades Desenvolvidas. Sua finalidade é realizar o diagnóstico de

como a JURA foi estruturada, compondo tipologias. Por exemplo, se a principal atividade foi uma roda de conversa, é provável que os organizadores quisessem ouvir mais os participantes. Já mesas ou palestras são mais formais. Para a nossa análise, isso é de extrema importância, pois revela como o Movimento está planejando sua interação com a sociedade.

Por último, a quinta página do *Jforms* é composta por dois campos: Pautas e Temáticas, e as ODS. O primeiro abrange os principais temas discutidos durante a JURA, como agroecologia, educação do campo, campesinato, saúde, entre outros. O segundo campo não é originado pelo movimento, mas sim pelo DATALUTA. Após registrar todas as informações da JURA, correlacionamos as análises com as ODS às quais aquela JURA contribuiu. Todos os campos de registro no *Jforms* geram uma tabela em Excel, apresentada na Figura 3.

Figura 3: Tabela Gerada pelo Registro no *Jforms*

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	Códigos dos Arquivos	Título da JURA	Datas de Realização	Edição	Fontes	Organização	acronregião, UF, Município e Ci	Formato
2	RSIJURA2023_C; RSIJURA2023_IX Jornada Universitária em D	22-24, 28-31/08; 03, 11, 28/09	9ª	NI	IFSUL	Estadual ; Rio Grande do Sul; Presencial		
3	RSIJURA2023_A; RSIJURA2023_05/05/2023		NI	https://ifrs.edu.br/viamao/pa	IFRS	Estadual ; Rio Grande do Sul; Presencial		
4	RUIJURA2023_H; RUIJURA2023_Reforma Agrária Popular: em 04, 16, 30/05/2023; 03, 27/06, 10ª		NI	https://campos.uff.br/jura-20	UFF Campos	Estadual ; Rio de Janeiro; 33 Presencial		
5	RUIJURA2023_G	Reforma Agrária Popular: em 23/05/2023	NI	https://www.uerj.br/agenda/	Universidade do Estado do Ri	Estadual ; Rio de Janeiro; 33 Presencial		
6	RUIJURA2023_B; RUIJURA2023_CReforma Agrária Popular: em 25/04/2023		10ª	https://www.brasildefato.com	Universidade do Estado do Rio	Estadual ; Rio de Janeiro; 33 Presencial		
	I	J	K	L	M	N	O	P
1	Modo de Transmiss	Local de Realiza	Local	imentos e Instituições Particip	instituições de Ensino Participa	Local das Novas Instituições de	Tipologias de Atividades	Pautas/Temáticas
2	NI	Estadual	Instituto	NETA; IMA; EAB; ETESI; EFASUL; IFSUL; ETESI; EFASUL; UCPEL	NI	plântio de árvores; círculo de	Agricultura Camponesa	Agroecologia
3	NI	Estadual	Instituto	IFRS	IFRS	NI	palestra	AgroecologiaAlimentosCoope
4	NI	Estadual	Universidade	UFF Campos	UFF Campos	NI	Mesa; filme; roda de conversa	AlimentosReforma Agrária
5	NI	Estadual	Universidade	Universidade do Estado do Ri	Universidade do Estado do Ri	NI	debate	AgriculturaAlimentosReform
6	NI	Estadual	Universidade	Universidade do Estado do Ri	Universidade do Estado do Ri	NI	trabalho de campo; roda de c	Reforma Agrária
7	Youtube; zoom	Estadual	Universidade	PUC RIO	PUC RIO	NI	Mesa	NI
	N	O	P	Q	R	S		
1	Novas Instituições de	Tipologias de Atividades	Pautas/Temáticas	Cadastro de Novas Pautas/Temáticas	ODS correlaciona	as Pautas/temáticas		
2		plântio de árvores; círculo de	Agricultura Camponesa	Agroecologia	NI	2; Fome Zero e Agricultura Sustentável	4; Educação de Quali	
3		palestra	AgroecologiaAlimentosCoope	NI		2; Fome Zero e Agricultura Sustentável	12; Consumo e Prodi	
4		Mesa; filme; roda de conversa	AlimentosReforma Agrária	NI		2; Fome Zero e Agricultura Sustentável	12; Consumo e Prodi	
5		debate	AgriculturaAlimentosReforma	Agrária		2; Fome Zero e Agricultura Sustentável		
6		trabalho de campo; roda de c	Reforma Agrária	NI		2; Fome Zero e Agricultura Sustentável		

Fonte: DATALUTA JURA, 2023. **Org.:** Mióla, 2025.

Nesse sentido, consideramos que a equipe tem avançado significativamente nos campos teóricos e metodológicos ao longo dos anos, especialmente no que tange à realização de análises de conjuntura. Assim, o DATALUTTA desempenha um papel, pois, ao mesmo tempo em que sistematiza os dados, também contribui para a organização e realização das JURAS nas diversas localidades em conjunto com o MST. Este processo tem gerado um aumento considerável no número de produtos produzidos, refletindo a ampliação da produção acadêmica e militante.

Os resultados dessas análises são publicados em revistas e apresentados em eventos nacionais e internacionais, consolidando o impacto e a relevância do trabalho realizado, tanto no âmbito acadêmico quanto nos movimentos. Contudo, é evidente que o avanço metodológico da nossa categoria acompanha a realidade do MST. Por isso, na próxima seção, abordaremos a historicidade da JURA no contexto do debate da educação do campo.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS JURAS NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: SIGNIFICAÇÃO E IMPORTÂNCIA

As Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURA) surgiram por meio do MST durante o 'II Encontro Nacional dos Professores Universitários com o MST', realizado em 2013 na Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema, no estado de São Paulo. O Movimento, em parceria com as instituições de ensino, cria essa ação devido à necessidade de expandir e aperfeiçoar as formas de resistência contra o capital. Por isso, o calendário de execução da JURA está alinhado ao Abril Vermelho, mês em que o Movimento se mobiliza para lembrar e denunciar a impunidade do Massacre de Eldorado dos Carajás. Elas:

... surgiram a partir da necessidade de diálogo entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e os espaços educacionais brasileiros, como as universidades e os institutos de ensino. A premissa do diálogo seria incorporar o debate sobre a denúncia e a impunidade do massacre de Eldorado dos Carajás em 1996 e visibilizar a luta pela terra e pela reforma agrária durante as ações no calendário de luta do Movimento no “Abril Vermelho” correlata ao debate da atualidade do momento de realização do evento (Buscioli *et al*, 2022, p. 3).

Logo, a JURA representa uma virada de chave de extrema importância, quebrando a estrutura em que o pesquisador fala sobre a realidade do campo e suas especificidades. Ao realizar a JURA, as sujeitas e os sujeitos transgridem a lógica de poder da história única e passam a ocupar a universidade como sujeitos, e não mais como objetos de pesquisa.

Assim, entendemos que a JURA tem o papel de alinhar o conhecimento científico ao popular, além de evidenciar o caráter interseccional da luta pela terra e a trajetória de evolução dentro do MST, expressos por meio de seus lemas e atividades. Ou seja, trata-se de um evento que proporciona e fortalece o diálogo do MST com os espaços educacionais brasileiros.

Complementando nossas análises, o militante do MST, doutor em Geografia e articulador das JURAS no estado de São Paulo, Diógenes Rabello, aponta que o evento surge para criar um espaço de diálogo entre diferentes esferas da sociedade entre “as linhas políticas, as lutas sociais do MST com a sociedade né, e para promover e avançar. Nesse sentido, são criadas várias ferramentas e as JURAS se qualificam entre uma dessas ferramentas de diálogo, né, entre as lutas políticas do MST com a sociedade” (Diógenes em entrevista as autoras, 2023).

Posteriormente, foram articuladas as premissas organizativas que deveriam sulderizar as JURAS como base para sua realização, incluindo dias de vivências no campo, feiras da reforma agrária, atividades culturais, bancas de exposição e a montagem de barracos de lona, simbolizando a luta pela terra, entre outras ações. Além disso, destaca-se a contribuição

acadêmica por meio da criação de bancos de dados, dos quais o DATALUTA faz parte, sempre em correlação com a temática central da educação do campo.

No que tange à Educação do Campo, Caldart (2012) aponta que se trata de um conceito em construção, no qual algumas práticas são indissociavelmente produzidas e, ao mesmo tempo, produzem a Educação do Campo. Nesse sentido, consideramos a JURA não apenas como uma dessas práticas, mas como uma ação. Assim, dentre as dez características que atribui à Educação do Campo enquanto prática social, selecionamos duas para contribuir com o debate:

Combina a luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Por isso, sua relação de origem com os movimentos sociais de trabalhadores. Na lógica de seus sujeitos e suas relações, uma política de Educação do Campo nunca será somente de educação em si mesma e nem de educação escolar, embora se organize em torno dela. Defende a especificidade dessa luta e das práticas que ela gera, mas não em caráter particularista, porque as questões que coloca à sociedade a propósito das necessidades particulares de seus sujeitos não se resolvem fora do terreno das contradições sociais mais amplas que as produzem, contradições que, por sua vez, a análise e a atuação específicas ajudam a melhor compreender e enfrentar. E isso se refere tanto ao debate da educação quanto ao contraponto de lógicas de produção da vida, de modo de vida (Caldart, 2012 p. 259-260).

Visto que a Educação do Campo está intrinsecamente ligada a lutas mais amplas, sua execução e construção não podem ser vistas ou realizadas de forma isolada. Corroborando com a autora, nossa perspectiva é que a JURA contribui para a materialização da Educação do Campo nas instituições de ensino, já que, embora possua um caráter formativo, suas atividades são direcionadas por um viés político, ou seja, forma e educa. Assim, as:

Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária têm se constituído em importante momento de luta na defesa da educação tanto dos trabalhadores do campo como da cidade. A implementação das políticas de ações afirmativas tão condenadas pela burguesia que veem a universidade como um espaço exclusivamente seu, entendendo que a classe trabalhadora ao acessá-la estaria usurpando um direito que somente os detentores dos meios de produção deveriam ter. Por isso, esta luta deve ser encarada como uma luta de todos e não o apenas dos trabalhadores do campo (Bezerra Neto; Santos, 2022, p. 3).

Aderindo ao apontamento dos autores, a leitura que fazemos das JURAS dentro das demais instituições de ensino elitizadas, consiste na criação de um espaço de resistência na construção do conhecimento. Isso ultrapassa o simples canal de comunicação, transformando-se em um verdadeiro ação de resistência para o campo. Logo, compreender que a JURA e a Educação do Campo estão diretamente correlacionadas e se formam mutuamente de maneira

indissociável é imprescindível. Assim, concordamos com Pereira et al. (2018) ao realizar a análise política das Jornadas realizadas no país na construção do conhecimento:

Um dos maiores aprendizados na trajetória da JURA é o reconhecimento dos movimentos sociais do campo como sujeitos coletivos construtores de conhecimento. Participam da JURA diferentes sujeitos políticos, como o próprio MST, a Pastoral da Terra, a Fetraece, o Levante Popular da Juventude, ademais dos estudantes universitários, estudantes secundaristas e população convidada a participar da programação (Pereira et al, 2018, p. 100).

Corroborando com Pereira (2018), o educador e doutor em Geografia José Sobreiro Filho, da Universidade de Brasília e articulador da JURA, aponta que a ela expõe um convite ao saber de diferentes identidades (camponês, indígena, quilombola etc.), deixando um legado dentro do espaço universitário por meio de diferentes temas: “de repente eles desaguam dentro da universidade; trazendo os conhecimentos dos mais distintos em decorrência de suas identidades culturais mas, a partir dos seus territórios, e, sobretudo, de experiências de reformas agrárias que são complexas...” (Sobreiro Filho em entrevista as autoras, 2023).

Segundo o educador, isso reverbera nas transformações no interior das universidades, ensinando-as sobre “a grandeza dos pensamentos desses sujeitos e de suas eficiências comunicativas” e o diálogo, deixando “como um legado um convite a humildade para a própria universidade a partir dos temas do seu próprio vocabulário, de maneira combinada, porque, é possível se explicar as coisas para todos e todas sem desprezar a sua respectiva inteligência” (Sobreiro Filho em entrevista as autoras, 2023).

Assim, essa construção do conhecimento no campo da coletividade está ligada às diferentes realidades e temáticas das JURAS, que, de modo geral, ocorrem em todas as macrorregiões brasileiras, com foco no período de memória do Massacre de Eldorado dos Carajás (embora também ocorram em outros períodos). Elas estão relacionadas à questão agrária, abordando os mais variados temas, como agroecologia, feminismo, educação do campo, juventude camponesa, agronegócio, saúde, pandemia, entre outros.

Segundo o militante Diógenes, como a conjuntura da realidade é dinâmica, as temáticas das JURAS também acompanham essa complexidade, sendo que, a cada ano, são definidos temas centrais para que as JURAS trabalhem nas universidades, elencando também um conjunto de metodologias e sugestões de atividades a serem realizadas.

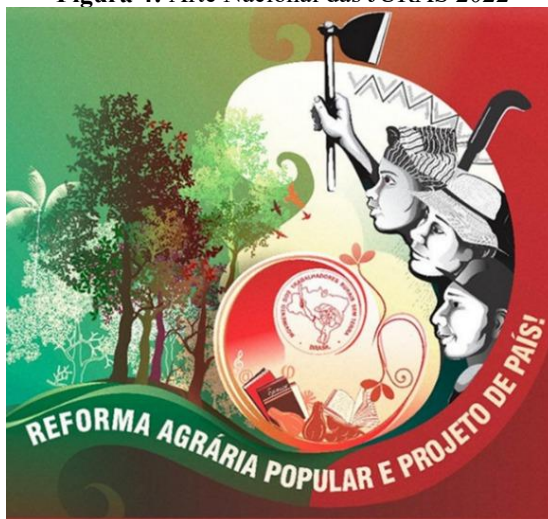
E aí, de acordo com cada realidade específica, dos territórios, dos estados, das regiões onde essas universidades estão implantadas, esses temas vão tomando corpo, vão tomando forma né, novas metodologias vão sendo pensadas, e aí se tem então o conjunto de atividades da JURA de acordo com essa realidade,

com esse território e de acordo com as experiências, experiências e ações que esses militantes sem-terra e esses militantes universitários, esses militantes pesquisadores e pesquisadoras, estão mais identificados (Diógenes em entrevista as autoras, 2023).

Segundo Santos et al. (2020), as JURAS abarcam muito mais do que apenas temáticas e ações; elas se configuram também como um processo formativo no interior dessas universidades, envolvendo educandos, educadores e os movimentos socioterritoriais, que compartilham experiências distintas de acordo com suas realidades.

Enquanto elemento analítico-temático do trabalho, a partir dos debates e discussões com o Coletivo de Coordenação de Professores das IES com o MST, as JURAS de 2022 tiveram como lema “Reforma Agrária Popular e Projeto de País!”, aliado a uma identidade visual conforme Figura 4.

Figura 4: Arte Nacional das JURAS 2022



Fonte: MST, 2022. Org. DATALUTA, 2022.

A imagem acima indica que o lema está diretamente relacionado com o período de debate político que o Brasil vivenciou em 2022, conforme podemos observar no documento oficial de diretrizes das JURAS para o referido ano:

Diante dos marcos do Bicentenário da Independência do Brasil (7/9/2022) e de um contexto político eleitoral para o ano de 2022, consideramos que o lema deste ano deve provocar a discussão da relação entre projeto de sociedade e a questão agrária. O que necessariamente envolve construir e fortalecer debates e ações de luta pelo direito à educação e ao conjunto dos bens culturais, direito à alimentação e à saúde, direito à terra, direito à água, direito à biodiversidade, direito à moradia... (Coletivo de Coordenação de Professores das IES com o MST, 2022, p. 1-2).

Nesse sentido, elencamos que a construção desse lema está embasada nas premissas de construção de um projeto, abrangendo questões relativas às diretrizes de: a) Comunicação Popular e a construção de um novo projeto de sociedade; b) Segurança e Soberania Alimentar, com a ação efetiva junto às Campanhas de Solidariedade e à organização de feiras; c) Questão Agrária, Questão Ambiental e Agroecologia, incluindo a implementação do Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”; d) Arte e Cultura de Resistência; e, por fim, e) Defesa da Educação Pública e do Campo, desde a Universidade Pública até os projetos de alfabetização (Coletivo de Coordenação de Professores das IES com o MST, 2022).

Devido a isso, concordamos com Bogo e Carvalho (2019) ao afirmarem que a JURA se fundamenta nos pilares identitários da resistência, buscando contribuir para as questões educacionais nas universidades por meio do debate da Reforma Agrária em sua multidimensionalidade, na formação dos futuros educadores, destacando a educação pública como um importante elemento analítico (Santos et al., 2020).

Pensando nesse âmbito, o professor Sobreiro Filho, em sua narrativa durante entrevista, remete às estratégias de desmobilização utilizadas pelos cidadãos de extrema direita dentro das instituições de ensino. No caso, o foco está nas JURAS, que sofreram denúncias dentro das universidades de diversas formas:

Tentando processar um docente, abrindo um processo administrativo, que é objetivamente uma tentativa de silenciar, né, e o silenciamento é a imposição de um modelo único de desenvolvimento territorial, quer dizer, silenciar para que o agronegócio passe, silenciar para que a espoliação, produção da riqueza e da pobreza avance, mas em uma escala descompensada, louca, frenética, psicótica de certa maneira, né, e, dolosa, né, é, esse eu acho que é um dos maiores, digamos assim, problemas da humanidade, as JURAS objetivamente que podem ofertar o que a de mais objetivo, subjetivo também e inclusive de um sentir pensar do camponês, não é?! É, douto da sua condição de classe, que é uma condição também territorial, a JURA acaba podendo ser silenciada, né, passando aí, digamos assim, como um fenômeno que deve se extinguir, quer dizer, se separando, né, a universidade dos próprios movimentos socioterritoriais, é esse divórcio que a gente vê que interessa significativamente ao capital (Sobreiro Filho em entrevista as autoras, 2023).

Sobrepondo as considerações feitas por Sobreiro Filho ao contexto político de 2022, fica evidente que a JURA, antes de tudo, representa um rompimento histórico das barreiras do território das instituições, especialmente das universidades públicas, por meio da militância. Ao quebrar parte da metodologia de ensino elitista, o MST cria um meio de comunicação crítico, no qual os saberes e as práticas do campo ganham destaque e são utilizados na preparação de cada evento. Assim, ainda que de forma sutil, o Movimento vai criando métodos para a

construção de território dentro do ambiente acadêmico, ocupando e transformando, antes de tudo, o território do saber através das JURAS.

Esse território do saber está embasado nas universidades em vários campos, como pesquisa, ensino e extensão, compondo um quadro de resistência dentro desses espaços e formando um tripé. Santos et al. (2020) apontam que, por esse motivo, a universidade não se restringe apenas aos conteúdos em sala de aula; ela abrange alternativas para se comunicar e resolver problemas da comunidade externa. Em conjunto com os movimentos socioterritoriais, é possível sensibilizar o meio acadêmico e construir ações efetivas para esse objetivo, no qual a JURA se configura como uma ferramenta importante para sua concretização.

No campo do ensino, pesquisa e extensão, as JURAS representam um conjunto de ações que buscam interconexões entre diferentes sujeitos dentro do espaço acadêmico (educadores, educandos e técnicos) e os movimentos socioterritoriais participantes, com destaque para o MST. Diante disso, fica nítido para nós que a militância/resistência praticada pela JURA é a militância da inclusão, mesmo em um ambiente elitizado como a academia. É de suma importância para os movimentos que todos possam ter acesso a essa construção de conhecimento coletivo, tendo em vista o debate sobre a reforma agrária.

Como já foi mencionado no início desta seção, a JURA permite compreender a interseccionalidade da luta pela terra e pela reforma agrária. Dentro da nossa perspectiva, essa luta é construída por diferentes corpos, que possuem relações únicas com os espaços e territórios. A JURA traz essa realidade à tona, possibilitando que a pluralidade da luta aconteça de forma segura e educativa, ou seja, em espaço político de diálogo.

O militante do MST, Diógenes, nos aponta em entrevista que as JURAS estão diretamente ligadas ao conhecimento acadêmico, nos diversos âmbitos dos debates teóricos-metodológicos que configuram os espaços políticos de diálogo:

Especificamente no segmento da sociedade que é o ambiente universitário, o espaço universitário, né. A gente sabe que historicamente os avanços na Reforma Agrária e na Luta pela Terra, eles também se dão muito aliados com a ciência, com a pesquisa científica que é desenvolvida dentro das universidades; então, é... promover as JURAS significa abrir esse espaço de diálogo entre as lutas políticas do MST, as lutas sociais do MST com o ambiente universitário, e realizar esse espaço de troca entre o que é refletido coletivamente dentro do MST com o que é refletido teoricamente e coletivamente pelos pesquisadores e pesquisadoras dentro da universidade, né (Diógenes em entrevistas as autoras, 2023).

No campo educacional, aliado aos educandos, as JURAS contribuem para o contato direto destes com os movimentos, seja na participação como membros organizadores, seja como

participantes/ouvintes, conforme podemos observar na narrativa mestranda em Geografia da Universidade Estadual Paulista em Presidente Prudente, Giovanna Angelli:

E foi nesse momento em que eu tive maior contato com o pessoal do MST... porque eu tive dois anos remotos, de aulas remotas, e... sempre me interessei muito pelo movimento, mas nunca tive a oportunidade de ter um contato maior, me aprofundar mais nos assuntos e, por conta disso, por conta desse convite eu fui me inteirando mais é... Da JURA, do Movimento, da importância disso na faculdade, e por conta disso também, eu fui conhecendo outras pessoas do Movimento (Giovanna em entrevistas as autoras, 2023).

Bogo e Carvalho (2019), elencam que as JURAS representam um momento de fortalecimento organizacional e de planejamento entre os educadores na articulação de projetos:

... as Jornadas tem propiciado fortalecer a construção coletiva, ou seja, para realização do evento há uma inserção de professores dos departamentos da UNEB e movimentos estudantis, bem como movimentos sociais e sindicais, demonstrando a necessidade de se construir uma unidade de classe em torno da temática e de lutas estratégicas do atual momento. Outra contribuição é o engajamento de vários docentes da instituição destinando parte de suas aulas para que os estudantes vivenciem as ações promovidas pela Jornada, ou seja, possibilitando que se articula com as ações de ensino dos departamentos; outra contribuição foi a articulação das atividades da Jornada com outros Projetos de extensão (Bogo; Carvalho 2019, p. 3).

No campo da pesquisa, o militante Diógenes nos aponta que as JURAS representam uma importante ação de resistência frente aos debates estabelecidos no espaço acadêmico, em que os temas também representam e reforçam as pesquisas realizadas:

O que a gente busca alcançar com a JURA, a partir da realização da JURA, é reforçar o debate da Reforma Agrária Popular dentro da universidade, né, é qualificar teoricamente, qualificar empiricamente, qualificar politicamente essas linhas de pesquisa, esses temas que são desenvolvidos durante as JURAS são inspirados muitas vezes pelas pesquisas, que acontecem dentro dos grupos de pesquisa que acontecem no departamento, e... e são promovidos aí pelos cursos que se dedicam, que ousam, é, promover as JURAS. Então, é reforçar, primeiramente isso, reforçar é... essas linhas de pesquisa, essas teorias, né, essas metodologias..., mas, também a partir delas ter algum resultado concreto para a sociedade (Diógenes em entrevistas as autoras, 2023).

Dentro desse contexto, a Rede DATALUTA tem atuado junto ao movimento, tabulando dados e construindo conhecimento em conjunto com o Movimento, educandas e educandos, educadoras e educadores, pesquisadoras e pesquisadores, entre outros. Destacamos que a JURA é a única categoria da Rede que atualmente realiza reuniões com o MST, produzindo mapas e debatendo as temáticas abordadas pelas JURAS. Além disso, todos esses

dados são publicados anualmente no Relatório DATALUTA, que atualmente conta com cinco publicações, bem como na publicação de artigos científicos, com um total de quatro.

Um ponto de suma importância a ser destacado é a pandemia do COVID-19, que foi um momento extremamente difícil para a sociedade, especialmente no campo científico. O Movimento como um todo enfrentou vários obstáculos para continuar com suas ações. Foi nesse momento que as JURAS alcançaram uma escala internacional, sendo transmitidas pelo *YouTube*, *Facebook*, *Instagram*, entre outros. Mesmo com todo o distanciamento social, as JURAS conseguiram atingir seus objetivos de levar o debate a todas as camadas da sociedade.

No que tange às atividades específicas das JURAS 2022 relacionadas ao campo da educação, tivemos ações diversas, tanto na temática do evento quanto nas atividades executadas em seu interior. Das 31 JURAS realizadas neste ano, identificamos: no Ceará, atividades de lançamento de livro e inauguração de biblioteca popular; na Bahia, com atividades pedagógicas; em Brasília, um dia de campo; em Pernambuco e Espírito Santo, debates em mesas; em Tocantins, a realização de minicursos; e no Piauí e Rio Grande do Sul, com temáticas vinculadas ao tema, entre outras. Ou seja, a JURA tem o potencial de materializar a educação do campo de diversas formas.

A título de exemplo, temos a 9ª edição da JURA da Universidade Rural de Pernambuco, realizada no dia 14 de julho, às 18h30, com o tema da terceira mesa “Educações: Identidades e seus Territórios”, composta por: Elisa Urbano Ramos, professora e indígena Pankararu, mestra em Antropologia e coordenadora de Mulheres Indígenas da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo; Angela Quilombola, mulher preta, mãe, educadora, historiadora e geógrafa, ativista das lutas dos povos do campo e estudante mestranda pela Universidade Federal do Vale do São Francisco; e Paulo Henrique, do Setor de Educação do MST em Pernambuco, conforme na Figura 5.

Figura 5: IX JURA em Pernambuco



Fonte: DATALUTA, 2022.

O tema “Educações: Identidades e seus Territórios” reflete sobre as conexões entre educação, identidade cultural e os territórios onde os sujeitos constroem seu modo de vida. Ele evidencia a pluralidade da educação do campo, destacando e respeitando as diversas culturas, línguas e saberes que existem e resistem no campo, nas águas e nas florestas. Ao considerar essas especificidades, a educação torna-se um espaço de valorização das identidades locais, permitindo que os povos do campo, reafirmem suas histórias e práticas, enquanto enfrentam os modelos educacionais impostos por grupos hegemônicos.

Dessa forma, a educação do campo se torna uma força transgressora, que constrói fortalece as identidades coletivas. Ela também impulsiona a mobilização política, especialmente em questões como a luta pela terra e a preservação cultural. Como foi exposto através dessa mesa.

Outro exemplo, foi a 9ª edição da JURA no Rio Grande do Sul intitulada “Reforma Agrária Popular e Projeto de País: Os Desafios da Educação do Campo” e foi realizada na Universidade Federal do Pampa. A atividade em questão consistiu em um “webinário” realizado no dia 27 de junho, das 09h às 12h, com a participação de Carlos Machado (Universidade Federal do Rio Grande), Marília Gaia (Universidade Federal de Santa Catarina), Elaine Biondo (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul) e, como mediadoras, Aline Hernandez e Karen Tauceda (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), conforme Figura 6.

Figura 6: JURA PAMPA 2022



Fonte: DATALUTA, 2022.

O tema desse “webinário” aborda a intersecção entre a luta pela reforma agrária e as problemáticas correlatas a educação do campo no Brasil. A reforma agrária popular é vista como um caminho para a construção de um modelo de país mais justo, que respeite os direitos dos trabalhadores do campo e promova a distribuição equitativa da terra. Nesse contexto, a educação do campo emerge como uma prática única para consolidar as identidades locais, combater a desigualdade e promover o desenvolvimento sustentável através da agroecologia.

Outro evento com a temática central de educação foi a 9ª edição da JURA: “Jornada da Educação do Campo e da Reforma Agrária na Universidade”, realizada entre 11, 18, 25 de abril e 02 de maio de 2022, das 19h às 21h, pela Universidade Federal do Piauí e organizada pelo Fórum Piauiense de Educação do Campo. As atividades foram divididas em quatro mesas, realizadas em cada segunda-feira. A coordenação foi sempre do FOPEC e os convidados foram: Messias Nassau, Liria Aquino, Maria Barros, Luís Fernando e Socorro Silva; Ariosto Moura, Raimunda Ferreira, Mônica Dias, Lucineide Barros e Jullyane Frazão; Maria do Socorro, Maria Raque, Elmo Lima, Juliana Bendin e Maria Clara; Thaynan Silva, Adilson Aipaim, Francisca Silva, Sávio Santos, Letícia Alves e Lucineide Barros, conforme Figura 7.

Figura 7: JURA Piauí



Fonte: DATALUTA, 2022.

O último exemplo apresentado expõe tanto os avanços quanto os limites encontrados até o momento na luta pelo acesso ao ensino gratuito e de qualidade. Considerando que as atividades abordam especificamente as dimensões do meio acadêmico, é possível identificar a importância de políticas públicas, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que, ao criar cursos de licenciatura em educação do campo, visa garantir que os egressos sejam sujeitos ativos do campo, das águas e das florestas.

Nesse sentido, à medida que as sujeitas e sujeitos ocupam as instituições de ensino e enquanto sujeitas e sujeitos de voz, passam a compreender que não só podem, como devem, ocupar aquele espaço como educandas e educandos. Por isso, entendemos que as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária representam um conjunto de ações de resistência entre membros do MST e outros movimentos socioterritoriais (indígenas, ribeirinhos, quilombolas), educandas e educandos, educadoras e educadores, com o propósito de debater a reforma agrária nas instituições de ensino do Brasil.

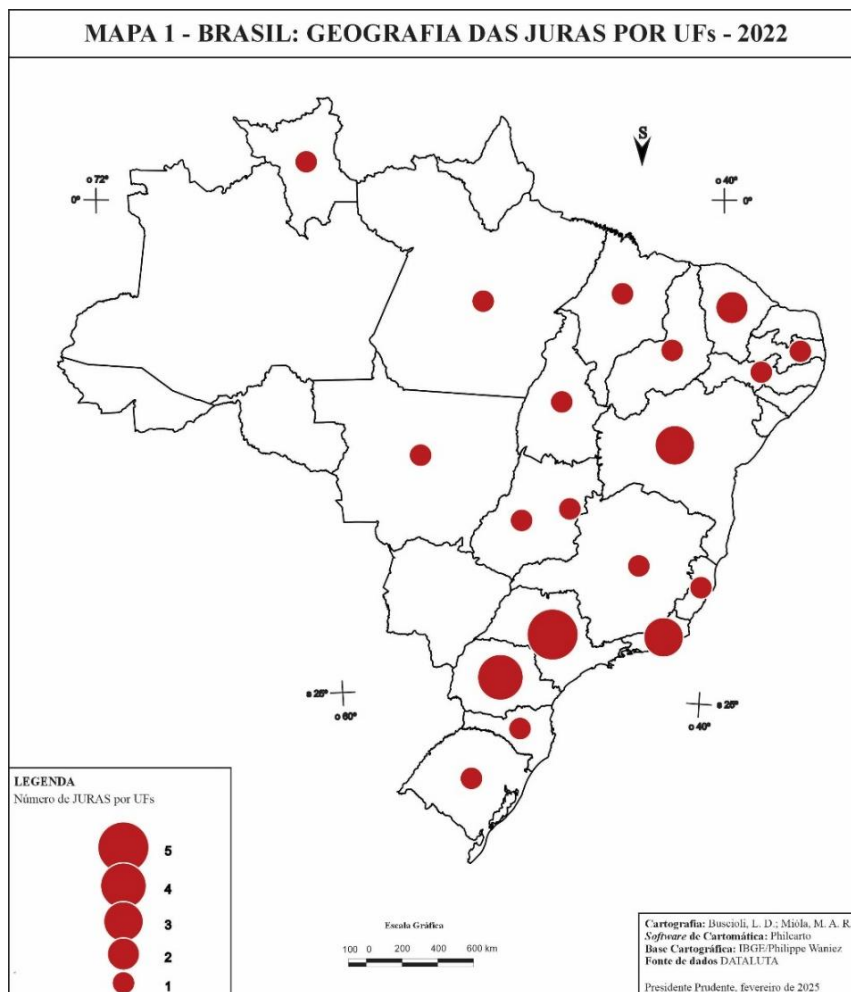
As JURAS buscam romper com os marcos elitistas desses espaços, promovendo a participação em pesquisa, ensino e extensão, uma vez que uma de suas diretrizes em 2022 estava relacionada à educação (pública e do campo). Corroborando com esse pensamento, Bezerra Neto e Santos (2022) apontam que as JURAS se configuram como um importante instrumento de luta pela educação tanto para as sujeitas e os sujeitos do campo quanto da cidade.

ANÁLISE DAS JURAS NO BRASIL EM 2022: CARACTERÍSTICAS E ESPACIALIZAÇÃO SEGUNDO O DATALUTA

Como discutido anteriormente, as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária constituem um importante movimento histórico de resistência, inserido no contexto da ocupação de espaços tradicionalmente elitizados. Elas convergem para a criação de espaços de debate e reflexão, especialmente sobre a questão agrária, que é um dos temas estruturais no Brasil. Nesse contexto, a educação do campo emerge como um dos pilares fundamentais dessas discussões, sendo entendida como uma ferramenta essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, especialmente no que diz respeito ao acesso à terra, à produção rural e ao fortalecimento das comunidades camponesas.

Em um esforço para contribuir de forma estruturada para esse debate, o DATALUTA se propôs a sistematizar as ações realizadas nas Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária e apresentaremos os dados de 2022. Nosso levantamento resultou na contabilização de 31 JURAS, que ocorreram em diversas regiões do país, abrangendo todas as macrorregiões brasileiras. A espacialização dessas ações é ilustrada no Mapa 1, que permite observar a abrangência e a diversidade dessas iniciativas em todo o território nacional, mostrando como o MST se espalha e se fortalece em diferentes contextos regionais. Ou seja, esses dados não apenas evidenciam o protagonismo das instituições de ensino e do MST no debate sobre a reforma agrária, mas também destacam a importância de se criar e fortalecer redes de apoio à educação do campo, como um caminho essencial para a transformação educacional.

A partir do Mapa 1, é possível observar a distribuição das JURAS realizadas no Brasil, conforme a divisão das macrorregiões do país. A região Sudeste se destaca com a maior participação, concentrando 32% do total das ações, com um total de 10 JURAS realizadas. Em seguida, a região Nordeste apresenta uma significativa representação, com 29% das ações (9 JURAS). As regiões Sul, Centro-Oeste e Norte têm uma distribuição mais equitativa, com 19% (6 ações), 10% (3 ações) e 10% (3 ações), respectivamente. Esses dados indicam uma maior concentração das atividades nas regiões Sudeste e Nordeste, mas também evidenciam a presença e importância das JURAS nas demais regiões, refletindo a abrangência e o impacto desse movimento em diferentes partes do país. (DATALUTA, 2022).



Essas ações foram realizadas por diferentes instituições de ensino no Brasil públicas e particulares, ou seja, são diversas e se distribuem entre universidades federais, estaduais, institutos federais e outras entidades. Miranda e Valdanha Neto (2016) destacam a importância dessa correlação entre as universidades com a execução das JURAS, em que para evitar a reprodução do tecnicismo dominante nas propostas educacionais institucionais atuais, é fundamental estabelecer um diálogo com o conhecimento e as vivências populares, orientando a construção de uma educação popular, com o objetivo de fortalecer a luta por transformações sociais mais amplas e, de maneira específica, pela Reforma Agrária Popular.

Como instituições que participaram das JURAS, temos a Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual do Paraná e a Universidade Estadual do Ceará são algumas das representações de universidades federais e estaduais, respectivamente. Os Institutos Federais também desempenham um papel importante, como o Instituto Federal do Pará e o Instituto Federal do Sul de Minas Gerais que oferecem educação técnica e superior. Outras instituições notáveis incluem a Fundação Oswaldo Cruz, que é

referência em saúde pública, e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venância, que também atua no campo da saúde, além da Escola Nacional Florestan Fernandes, que tem um papel importante na formação de lideranças no campo da educação do campo e do MST. Essas são apenas algumas das muitas instituições espalhadas por diferentes regiões do país, cada uma com sua contribuição para a educação do campo no contexto das JURAS.

Esta conjuntura de instituições de ensino representam um espaço de debate entre diferentes sujeitos no contexto de compreender o processo de luta pela terra e reforma agrária, o que compõem as características centrais das JURAS, conforme o militante Diógenes:

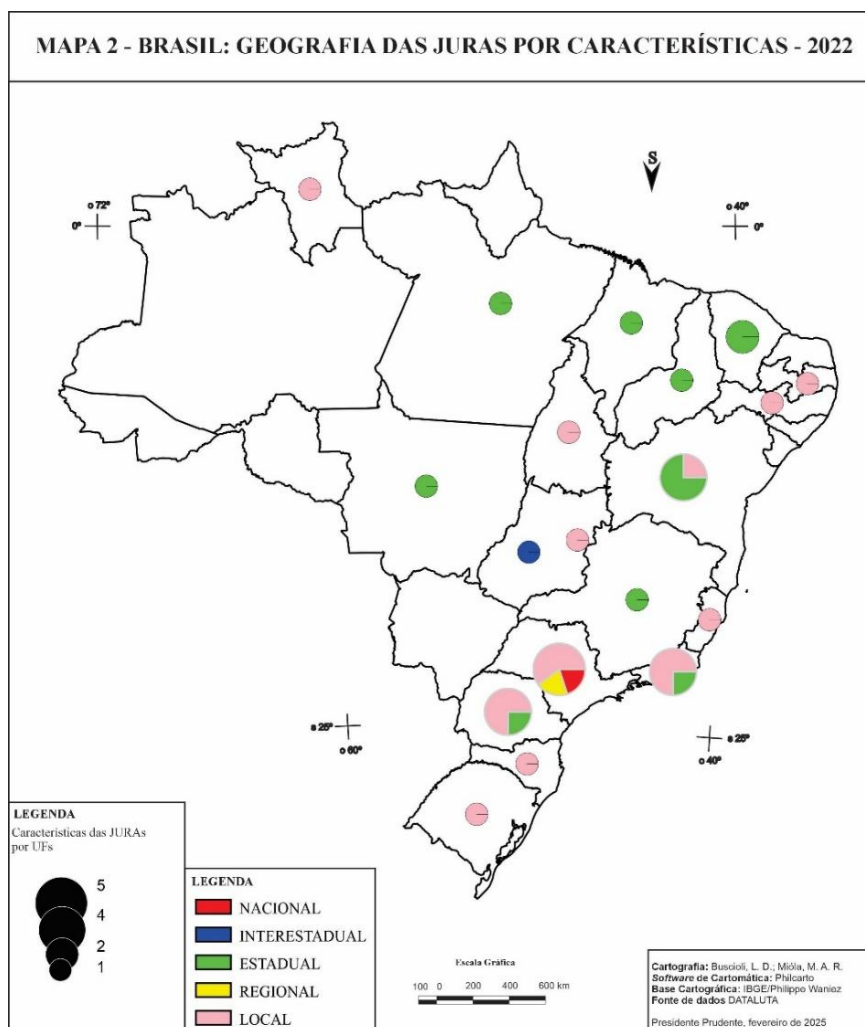
Então, o objetivo ali, o objetivo da JURA é esse, promover esse espaço de debate e reforçar as alianças políticas que o MST vem constituindo com sujeitos que estão dentro das universidades, e, é um espaço fundamental, porque a gente sabe que dentro da universidade tem se dedicado historicamente em apoiar a luta pela terra através do seu trabalho com pesquisa científica né, e, com isso tem ajudado as ações do MST e ajudado nessa compreensão de Reforma Agrária que a gente tenta debater (Diógenes em entrevistas as autoras, 2023).

A diversidade das instituições educacionais, com suas diferentes naturezas e características, contribui significativamente para o formato e a organização das JURAS. Em 2022, foi possível analisar essa diversidade de formas de realização dentro do contexto da educação do campo, abrange dimensões locais, regionais, estaduais, interestaduais e nacionais, conforme Mapa 2.

Enquanto escala nacional, a JURA realizada pelo MST foi a abertura oficial de todas as JURAS, evento que ocorreu no dia 23 de março de 2022, transmitido pelo canal do MST no YouTube, com um debate que tinha como lema “Reforma Agrária Popular e Projeto de País”. Na escala interestadual (Mapa 2), compreendemos as ações de JURAS que ocorrem em unidades federativas diferentes, compondo ou não a mesma macrorregião, como a JURA que ocorreu por meio de uma articulação em rede de universidades dos estados de Tocantins, Distrito Federal e Goiás, entre os dias 17 e 19 de novembro de 2022.

Já as JURAS de escala estadual correspondem às articulações realizadas entre diferentes instituições educacionais do mesmo estado, como a JURA do Ceará, que contou com atividades tanto no primeiro quanto no segundo semestre de 2022 (Mapa 2). As de características regionais envolvem atividades realizadas dentro do estado, mas compondo uma região, como a JURA do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo, ocorrida no primeiro semestre de 2022.

Por fim, temos as JURAS realizadas localmente, que envolvem o campo de uma determinada universidade ou um município, como a JURA na Universidade Estadual da Paraíba, realizada no Auditório do Centro de Ciências Jurídicas, no dia 29 de agosto de 2022.



Tais escalas de atuação evidenciam e corroboram com o que afirmou Sobreiro Filho, em entrevista no ano de 2023, ao destacar que esse momento de debate dentro das universidades se caracteriza pela construção coletiva, no qual se formam alianças, configurando-se como um momento de práxis no contexto da educação do campo.

Neste sentido, a importância das diferentes escalas para a educação do campo nas JURAS é multidimensional, pois cada nível de organização contribui de maneira única para a construção de uma educação que reflita as realidades e as necessidades dos povos do campo. A multiescalaridade das JURAS fortalece a educação do campo de várias maneiras:

1. Escala local: No nível local, as JURAS são essenciais para aproximar as instituições de ensino das comunidades do campo. Elas permitem o reconhecimento e a valorização dos saberes

locais, considerando as especificidades culturais, econômicas e sociais de cada comunidade. Ao trazer as discussões e práticas educacionais diretamente para o território, as JURAS proporcionam uma educação mais contextualizada, alinhada com as realidades dos estudantes do campo. Esse engajamento direto fortalece a participação dos sujeitos locais no processo educativo, garantindo que a educação seja uma ferramenta de emancipação.

2. Escala regional: No nível regional, as JURAS promovem a troca de experiências entre comunidades de diferentes áreas, possibilitando que os saberes regionais se integrem. Essa troca contribui para o fortalecimento de redes de apoio, colaboração e solidariedade entre os movimentos socioespaciais e socioterritoriais e instituições de ensino. Além disso, as JURAS na escala regional permitem que as especificidades das políticas públicas voltadas para o campo sejam discutidas e adaptadas conforme as necessidades de cada região, promovendo uma educação mais integrada às realidades locais e regionais.

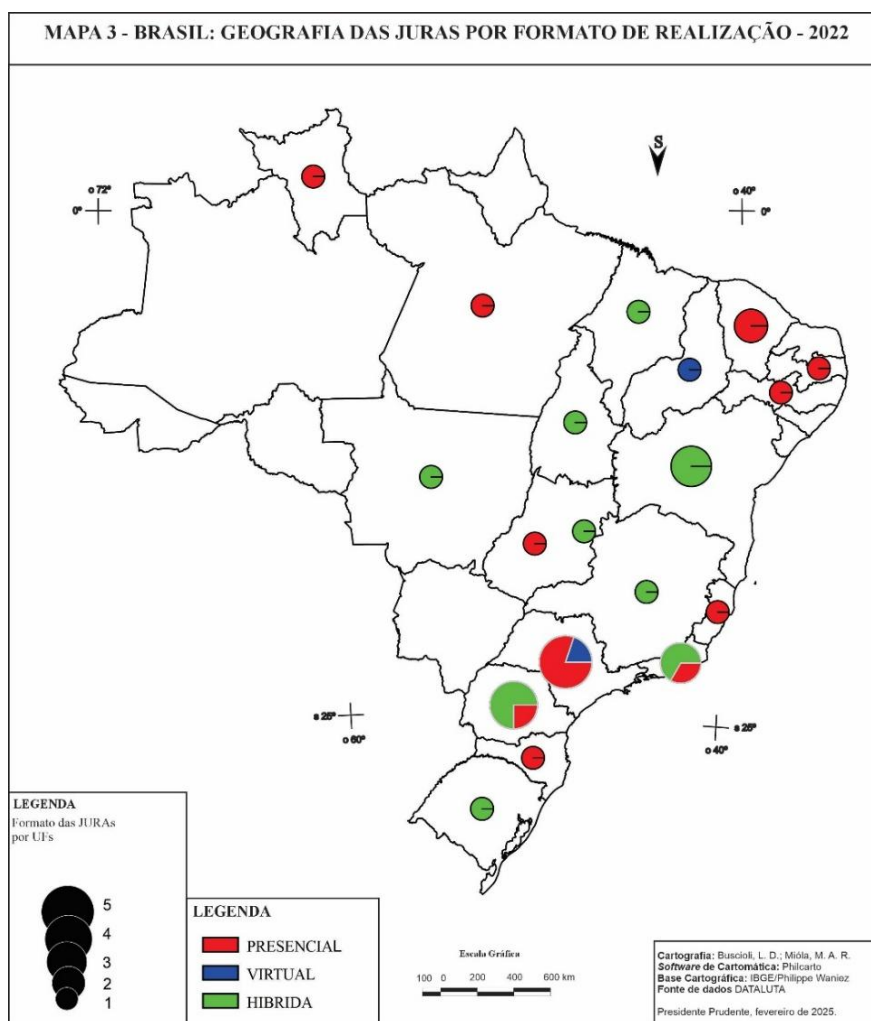
3. Escala estadual: Em nível estadual, as JURAS se tornam um importante mecanismo de organização política e pedagógica. Elas ajudam a articular as diferentes ações em torno da educação do campo, alinhando as agendas dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais e das diferentes instituições de ensino, contribuindo para o seu fortalecimento em seus compromissos com a formação crítica e voltada para a transformação social do campo.

4. Escala interestadual: A organização de JURAS em escala interestadual permite que as lutas e as questões específicas de um estado ganhem visibilidade e apoio em outros estados, ampliando o alcance das demandas pela educação do campo e pela reforma agrária. A construção de uma rede interestadual fortalece a mobilização e a solidariedade entre os movimentos de diferentes regiões.

5. Escala nacional: No nível nacional, as JURAS se tornam um espaço fundamental para a unificação e a amplificação da luta pela reforma agrária e pela educação do campo. Ao reunir participantes de diferentes regiões do país, elas garantem que as discussões sobre as questões do campo sejam pautadas em uma escala mais ampla, alcançando os meios de comunicação, as esferas políticas e as instituições educacionais de todo o país. A escala nacional fortalece a capacidade de articulação do MST e de outros movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

Portanto, as escalas são essenciais para garantir que a educação do campo seja entendida e praticada de forma plural, democrática e conectada com as realidades e as necessidades das populações do campo, em que as JURAS se colocam como um instrumento. A multiescalaridade das JURAS cria um movimento educativo dinâmico e fortalecido, onde as diferentes esferas de atuação se complementam e se potencializam, contribuindo para a construção de uma educação transformadora. Essa dinâmica influencia diretamente os formatos de realização dos eventos ocorridos em 2022, conforme detalhado no Mapa 3.

Ao realizar uma análise comparativa entre as informações dos Mapas 2 e 3, é possível identificar uma tendência significativa: as JURAS realizadas de forma presencial apresentam, em sua maioria, características locais, favorecendo o contato direto com as comunidades e fortalecendo os vínculos territoriais. Por outro lado, as JURAS de caráter estadual tendem a ocorrer em formato híbrido, ampliando o alcance das atividades ao possibilitar a participação de um maior número de pessoas, além de permitir o acesso posterior às gravações, democratizando ainda mais o conteúdo e fortalecendo as redes de articulação.



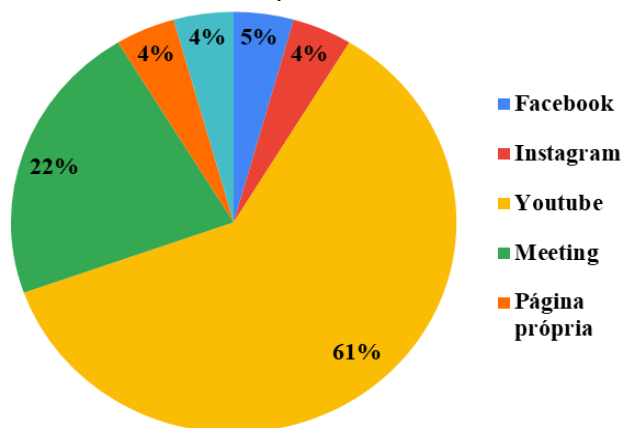
A análise do Mapa 3 revela a diversidade dos formatos adotados nas JURAS em 2022, evidenciando estratégias que ampliam o alcance e fortalecem o impacto dessas atividades. Aproximadamente 48% das JURAS foram realizadas de forma exclusivamente presencial, o que possibilitou a retomada de práticas essenciais para a educação do campo, como visitas técnicas, atividades de campo e feiras agroecológicas. Essas ações não apenas promovem a troca direta de saberes, mas também fortalecem os vínculos entre universidade e territórios camponeses, valorizando os processos formativos enraizados nos espaços rurais.

Por outro lado, 45% das JURAS ocorreram em formato híbrido, combinando atividades presenciais e virtuais. Esse modelo ampliou significativamente a capacidade de articulação do movimento, ao integrar a força dos encontros presenciais com o alcance das plataformas digitais. O formato híbrido permitiu que participantes de diversas regiões do Brasil acessassem as discussões, superando barreiras geográficas e fortalecendo redes de solidariedade e cooperação entre instituições de ensino e comunidades camponesas. Além disso, possibilitou uma expansão imaterial das atividades, promovendo uma circulação mais ampla dos debates e das pautas ligadas à reforma agrária.

Ainda que em menor proporção, 7% das JURAS foram realizadas exclusivamente em formato virtual, assegurando a continuidade das atividades em contextos onde o presencial não foi viável. Esse formato destacou-se por sua capacidade de democratizar o acesso às discussões, permitindo que pessoas de diferentes territórios participassem dos eventos, mesmo à distância.

A diversidade desses formatos revela a flexibilidade e a capacidade do movimento em adaptar suas estratégias às realidades territoriais e às demandas contemporâneas. As JURAS, ao diversificarem as possibilidades de participação, fortalecem seu papel enquanto espaço democrático de formação crítica, ampliando o alcance político e pedagógico da luta pela educação do campo nas instituições de ensino superior no Brasil. Esses dados refletem diretamente nos meios de transmissões apresentados no Gráfico 1, onde a predominância do formato híbrido e virtual nas JURAS destaca a relevância das plataformas digitais.

Gráfico 1: Brasil – JURAS por meios de transmissão



Fonte: DATALUTA, 2022. Org.: Autoras

Conforme podemos analisar a partir do Gráfico 1, identificamos que as JURAS em 2022 realizadas de forma híbrida ou virtual tiveram como centralidade a transmissão via Youtube representando 61% do total, seguidos do Google Meeting expressando 22% das JURAS realizadas. Destacamos que a partir de tais dados é possível analisar quantitativamente os dias

de realizações das JURAS em 2022 no Brasil, pois os dados são expressivos: No primeiro semestre do ano tivemos 47 dias de realizações e no segundo semestre 65 dias, contabilizando um total de 111 dias com atividades, ou seja, 31% do ano tivemos ações das JURAS.

A realização das JURAS em formatos híbridos e virtuais, bem como da sua espacialização ampliou o alcance das discussões, permitindo a participação de diferentes regiões do país e rompendo barreiras geográficas que historicamente limitavam o acesso ao debate acadêmico. Esse uso das tecnologias fortalece a conexão entre o campo e a cidade, promovendo o intercâmbio de saberes e aproximando o conhecimento.

Além de fortalecer a pauta agrária e da educação do campo dentro das instituições as JURAS também atuam como instrumento de resistência e formação política, reafirmando o papel dessas instituições na promoção de uma educação comprometida com as lutas sociais, tornando-se um espaço estratégico para consolidar a presença do MST, não apenas em termos físico, mas também na disputa por uma educação que valorize os sujeitos do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos socioterritoriais no Brasil desempenham um papel fundamental na luta pela conquista de espaços e territórios. Em que a análise das práticas e ações, em particular no contexto das JURAS, permite uma compreensão detalhada da articulação entre o MST e o campo acadêmico, refletindo na ressignificação dos espaços universitários e outras instituições de ensino. O DATALUTA, enquanto uma ferramenta de sistematização e análise dessas jornadas, constitui uma metodologia de grande relevância para entender a articulação entre os movimentos socioterritoriais e as instituições de ensino, com foco na construção de um campo de saberes camponeses correlatos a educação do campo.

A partir dos apontamentos realizados neste artigo, foi possível evidenciar que a Educação do Campo surge como uma necessidade fundamental para os movimentos socioterritoriais, ao ser transformada em pauta de luta por políticas públicas. Compreendemos que as JURAS desempenham um papel crucial na construção do diálogo entre as instituições de ensino e essa luta, pois criam um espaço de troca entre os sujeitos envolvidos, fundamentado na crítica aos processos estruturantes do nosso sistema social.

Assim como a Educação do Campo, as JURAS também estão inseridas no processo histórico de formação do MST, desempenhando um papel significativo no avanço do movimento. Elas atuam como instrumentos de resistência, permitindo que os movimentos socioterritoriais transformem as JURAS em um espaço seguro para a construção de um

“território do saber camponês”, que abarca tanto o conhecimento. Esse território se origina em um dos espaços mais elitizados do país – a universidade, especialmente a universidade pública.

Dentro desse contexto, as JURAS rompem com o sistema estabelecido, e, ao se inserir na academia, abrem novas portas para o desenvolvimento da luta pela Reforma Agrária Popular. Essa nova dinâmica, ao inserir os movimentos no território do pesquisador, ao invés do contrário, permite que os movimentos não sejam mais apenas objeto de estudo, mas se tornem sujeitos ativos no tripé ensino-pesquisa-extensão. Esse movimento ultrapassa a perspectiva tradicional, tornando-se parte integrante da produção de conhecimento acadêmico e social.

A parceria entre os movimentos e as instituições de ensino, e em alguns casos outras instituições de ensino, fortalece ainda mais essa interação. O MST, em colaboração com o DATALUTA, participa ativamente na tabulação de dados das JURAS em andamento por todo o país, contribuindo para a elaboração de temas a serem debatidos nas próximas jornadas, além de auxiliar na confecção de mapas que são apresentados ao MST em nível nacional. Nesse sentido, a Rede DATALUTA desempenha um papel fundamental na sistematização e coleta dos dados das JURAS, pois acompanha e contribui para o crescimento dessas iniciativas.

Durante as JURAS de 2022, observamos a realização de 31 eventos em todas as macrorregiões do Brasil, com atividades focadas nos debates sobre os temas políticos atuais, especialmente em um ano eleitoral, além de discussões relacionadas à educação do campo. Notamos também um retorno das atividades presenciais, que ocorreram predominantemente em instituições de ensino estaduais e federais, com atividades de campo realizadas em assentamentos e feiras agroecológicas – uma pauta de luta do MST.

Outro aspecto importante foi a fortificação das JURAS em relação aos anos anteriores, com a formação de redes estaduais, regionais e interestaduais, o que evidenciou a tendência à nacionalização dessa forma de resistência dos movimentos socioterritoriais, especialmente do MST. Essa ampliação das ações das JURAS reflete a crescente articulação e fortalecimento da luta pela Reforma Agrária Popular em nível nacional.

Por fim, destacamos a importância das JURAS no contexto das disputas territoriais, contribuindo de maneira significativa para o debate da questão agrária e seus diversos elementos analíticos. Configurando-se como um importante objeto de estudo, o que torna este trabalho uma contribuição relevante para a compreensão dessa dinâmica.

REFERÊNCIAS

BEZERRA NETO, L.; SANTOS, F. R. dos. Do Abril Vermelho às Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária. Revista HISTEDBR, Coluna, 6 jun. 2022.

BOGO, M. N. de A.; CARVALHO, L. F. de O. Jornada Universitária em defesa da reforma agrária: algumas reflexões. Cadernos Macambira, v. 4, 2, 2019.

BUSCIOLI, L. D. et al. Análise conjuntural das jornadas universitárias em defesa da reforma agrária em 2021. Boletim DATALUTA, n. 176, 2022.

BUSCIOLI, L. D. Paradigmas e estratégias do MST para o desenvolvimento de territórios agroecológicos. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, 2024.

BRINGEL, B.; VARELLA, R. V. S. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. Revista Digital de Direito Administrativo, [S. l.], v. 3, n. 3, 2016.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso; Trabalho Educação Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, 2009.

COCA, E. L. et al. Geografia agrária crítica e pesquisa militante: apontamentos teórico-metodológicos. Anais do XIV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2021.

Coletivo de Coordenação de Professores das IES com o MST. 9ª Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária. Destinatário: DATALUTA. 31 jan. 2022. mensagem eletrônica.

COLOGNESE, S. A.; MELO, J. L. B. A Técnica da Entrevista na Pesquisa Social. Porto Alegre: Cadernos de Sociologia, V. 9, 1998.

DATALUTA - Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios, 2022.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Observatório Social de América Latina, 2005, vol. 16. Buenos Aires: CLACSO, p. 273-284.

MIRANDA, L. F. de; VALDANHA NETO, D. Não somos uma ilha: aproximações da universidade com a luta pela reforma agrária. Em Extensão, v. 15, n. 2, 2016.

PEDON, N. R. Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, 2009.

PEREIRA, D. V. Estudo sobre as tipologias de manifestações no campo paulista no período 2000-2011. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, 2012.

PEREIRA, A. M. G.; et. al. O MST e a paulatina ocupação do latifúndio do saber e o conhecimento: o caminhar com as universidades públicas no Ceará. In: KOLLING, E. J. et al. (Org.). Movimentos populares e universidade. São Paulo: Outras Expressões, 2018, p. 87-104.

SANTOS, J. C. N. et al. Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária: Debatendo Educação Pública, Direitos Humanos e Questão Agrária na Universidade. Cadernos de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

SILVA, A. A.; FERNANDES, B. M. Manifestações: A arte de fazer política fazendo manifestações, ocupações e acampamentos no Brasil de 2007. In: Cadernos Conflitos no Campo Brasil 2007. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2008.

SOBREIRO FILHO, J. Ocupações de terra no Brasil (1988-2010): uma leitura geográfica e a conjuntura política da luta pela terra. GeoGraphos, v. 2, p. 1-27, 2011.